



A ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3374

Daniel de Libório Ricardo, UEL

Resumo

Este trabalho busca refletir sobre a importância da Aliança Democrática para o processo de redemocratização do Brasil entre meados de 1984 ao final de 1985. Ressaltando que os resultados obtidos nesta pesquisa são parciais e ainda estão em análise. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a Aliança Democrática teve papel vital na transição democrática do país. E mesmo tendo políticos das mais variadas ideologias políticas, conseguiu dar garantias e segurança para que a transição ocorresse sem o temido revanchismo pelos militares. Entretanto, depois de chegar ao poder, a Aliança não se preocupou em propor um projeto de transformação mais profunda para a sociedade no tocante à economia, à política e à distribuição de renda. Assim, a pesquisa visa elucidar também como a Aliança fracassou como objeto de mudança política para o Brasil. Para encaminhar a discussão dessa temática está sendo utilizada uma bibliografia que discute o contexto histórico da transição política no Brasil, bem como obras que abordam o tema proposto. No tocante as fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais Veja da editora Abril e a IstoÉ da editora Três, entre agosto de 1984 e o final do ano de 1985. E para a análise destes documentos, foi empregado a metodologia de análise de conteúdo que consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos para auxiliar a análise de dados informacionais. Assim, parcialmente se compreende que a Aliança Democrática foi um pacto político idealizado para superar a vigência ditatorial que o antigo governo promovia.

Palavras Chave:

Aliança Democrática;
transição democrática;
redemocratização.

Introdução

As divergências entre José Sarney, presidente do PDS, e Paulo Maluf, ambos do mesmo partido, levariam o primeiro a se transferir para o PMDB, onde se tornaria candidato à vice-Presidência da República pelo partido. A escolha de Sarney para vice de Tancredo Neves havia sido um lance da estratégia de contemporização com os remanescentes do sistema anterior, e também uma estratégia seguida por Tancredo para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990, p. 22). Os apoiadores de Sarney que ainda pertenciam ao PDS não fariam o mesmo, pois perderiam espaços e poderes se ingressassem no PMDB. A solução encontrada pelos outros dissidentes do PDS foi a formação do PFL (Partido da Frente Liberal). Como vimos, o PFL surgiu da dissidência com o PDS nesse processo e formou, com o PMDB, a chamada Aliança Democrática, para garantir a eleição de um presidente comprometido com a democratização, mas que fosse confiável ao regime (NASCIMENTO, 2003, p. 55). Deste modo, a Aliança Democrática foi a união entre o PMDB e a Frente Liberal originada pela dissidência no PDS que futuramente passaria a se chamar PFL, como mencionado acima.

As ações da Aliança Democrática contribuíram para acelerar a transição do governo militar para o civil. Ela ecoou os desejos da sociedade brasileira que já estava cansada do autoritarismo do regime vigente. Dessa forma, a abertura não estava mais sendo ditada pelos militares, mas sim por várias lideranças políticas e partidos: Tancredo Neves (PMDB), Franco Montoro (PMDB), José Sarney (PDS/PMDB), Leonel Brizola (PDT), Marco Maciel (PDS/PFL) entre outros.

A construção da Aliança Democrática correspondeu a um realinhamento de forças: reuniu, ao lado dos setores da antiga oposição, que

aceitaram a eleição via Colégio Eleitoral, representantes do antigo regime que, por diversas considerações, mostraram-se determinados a derrotar a candidatura de Paulo Maluf (A TRANSIÇÃO, 1988, p. 104).

Nesse sentido, o que deu origem à Aliança Democrática foi a vontade dos homens que a formaram de apressar a devolução do poder aos civis e de eleger o presidente Tancredo Neves. A união de diversos partidos e políticos experientes na Aliança Democrática resultariam na eleição de Tancredo Neves para presidente do país. Assim, deve ser enfatizado, que a Aliança Democrática nasceu, encorpou e firmou-se como uma aliança acima de tudo eleitoral ou eleitoreira (NOBLAT, 1990, p. 32).

Ela nunca incluiu, claramente, quaisquer mudanças no terreno socioeconômico: fazer isso teria representado, naquela fase do processo de transição política, correr o risco de jogar os setores conservadores na oposição ao regime, o que os “moderados” não desejavam (MOISÉS, 1989, p. 78).

Nada demais nem de surpreendente aconteceu com uma aliança que não implicou revisão de ideias, não obrigou ninguém a se converter a novos credos, e que não dispunha de uma ideologia. Mesmo diante desses aspectos a Aliança Democrática cumpriria muito bem seu papel, em eleger um presidente que implantaria um Estado Democrático de Direito (NOBLAT, 1990, p. 33). Ou seja, ela contribuiu para pôr fim à ditadura civil militar e dar sustentação ao início do governo de José Sarney e, conseqüentemente, ao início do processo de redemocratização do País.

Com a morte de Tancredo Neves, o país seria, então, governado pelo seu vice José Sarney. Alguns políticos do PMDB tentariam propor que Ulysses Guimarães assumisse o cargo de presidente. Fato que não seria aceito pelos militares. Sarney era conhecido pelos

militares; era, por assim dizer, um político do antigo regime, respaldado pelo apoio dado a ditadura e, com isso, possuía a aceitação dos militares. Por essa razão Sarney assumiu o poder onde enfrentaria turbulências econômicas e sociais.

Objetivos

No âmbito geral, este estudo visa colaborar para ampliar o conhecimento sobre o fim da ditadura civil militar no Brasil, em meados da década de 1980. Com esta pesquisa visou abordar a discussão sobre a complexa relação entre as concessões do regime militar e as conquistas dos movimentos sociais e políticos que resultaram no fim da ditadura.

Em termos mais específicos, a pesquisa pretende contribuir para o conhecimento sobre a Aliança Democrática, pacto que deu garantia para que os mais divergentes políticos brasileiros se sentissem seguros quanto ao resultado que a abertura política tomaria no decorrer de uma transição acertada e combinada. Entretanto, se ela deu determinadas prerrogativas no campo político, a Aliança falhou em promover mudanças econômicas, sociais e culturais mais profundas no Brasil.

Assim, busco demonstrar que o pacto que deu origem à Aliança Democrática contribuiu para efetivar a mudança de governo que viria a proporcionar leis que priorizavam uma liberalização política que o país tanto almejava. Contudo, a construção da democracia não foi bem planejada e nem definiu o quadro institucional necessário para a consolidação do novo regime.

No tocante as fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais *Veja*, da Editora Abril, e a *IstoÉ*, da editora Três, entre agosto de 1984 a dezembro de 1985. Também será analisado o documento intitulado *Compromisso Com a Nação* que traz em seu conteúdo propostas de medidas de ações

sociais, culturais e econômicas. E, além disso, se empregará bibliografias históricas que fazem menção ao tema proposto.

O início da Aliança

O então governador, Tancredo Neves almejava a Presidência da República, mas antes de deixar o governo de Minas Gerais, ele se precaveria e consolidaria o acordo com a Frente Liberal. Preocupado em manter os integrantes da Frente Liberal unidos no decorrer da campanha, comenta-se que Tancredo teria declarado ao então ex-presidente Geisel que a suposta revolução de 1964 pertencia a História. Assim, quem deveria se preocupar com ela seriam os sociólogos e historiadores. Claramente Tancredo mostrava que não tinha a intenção de promover um governo que viesse a culpar os militares pelos atos cometidos durante seu regime.

Tancredo temia que o adversário no Colégio Eleitoral fosse Mário Andreazza, do PDS, o que acarretaria na perda de votos que julgava possuir em função da dissidência dentro do partido de Andreazza. Já Aureliano Chaves, também do PDS, viria a integrar-se à Frente Liberal, e possuía o apoio de Roberto Marinho, dono da Rede Globo de Televisão. Assim, por conta da amizade que Aureliano Chaves tinha com Roberto Marinho, este último utilizaria de sua emissora para dar o apoio necessário a Aliança Democrática.

Essa união entre o PMDB e a Frente Liberal denominada de Aliança Democrática, seria formalmente firmada com a assinatura de um documento por expressivos políticos pertencentes às duas alas da aliança. Neste momento, a ideia de pacto visava à formação de uma ampla coalizão democrática que pudesse dar suporte ao governo de forma a viabilizar a transição (DINIZ e BOSCHI, 1989, p. 36).

Tancredo Neves era um político hábil, que conseguiu convencer a esquerda

do PMDB a aceitar a aliança com o PDS e com Sarney, prometendo que sob seu governo uma nova constituinte seria instaurada, visando à restauração do voto livre, secreto e universal. O candidato ainda pretendia ampliar a aliança com PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e com o PDT (Partido Democrático Trabalhista). O claro objetivo de Tancredo era o de não correr riscos no Colégio Eleitoral. Entretanto, o PT se negaria apoiá-lo, suspostamente por conta da eleição indireta. Lembrando que o PT nunca apoiou este tipo de votação (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 399, p. 25 a 27, agosto, 1984).

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, sempre almejou a Presidência do país. Em face disto, especula-se que Ulysses teria se recusado a concorrer como candidato oficial do partido em prol da candidatura de Tancredo Neves para presidente. Como mencionado acima, essa é uma suposição, mas é importante elucidar que Ulysses sabia claramente que não receberia o apoio do PDS. Tanto para os militares, quanto para os pedessistas apoiar Ulysses seria impensável, muito por conta do aspecto radical e antimilitar que o político representava (SILVA, 2003).

A criação da Aliança Democrática, de fato, ocorreria no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, no dia 7 de agosto de 1984:

Lá estiveram as estrelas de primeira grandeza que formam a constelação da Aliança Democrática, o pacto de políticos que no passado estiveram separados por diferenças ideológicas profundas, por conflitos locais e que a partir de 1964 cumpriram trajetórias bem distintas no quadro da política brasileira – que tem como único objetivo tomar o poder em 1986 (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 399, p. 27, ago. 1984).

O documento que firmaria a Aliança Democrática seria denominado de

Compromisso com a Nação e era composto de uma série de princípios que os dois grupos entenderiam como fundamentais para o Brasil. Caso do restabelecimento da eleição direta tão almejada pela Aliança Democrática; da elaboração de uma nova Constituição que fosse promulgada; da reforma na legislação eleitoral que possibilitasse as coligações partidárias, aspecto esse que poderia fortalecer a Aliança Democrática; o combate à inflação através de medidas que considerassem o âmbito social e o financeiro.

Assim, a Aliança Democrática seria pactuada com as assinaturas de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães pelo PMDB e por Aureliano Chaves e Marco Maciel pela Frente Liberal. Desse modo, a Aliança Democrática, fruto da derrota da campanha das Diretas Já, reuniu setores da antiga oposição e representantes do antigo regime por diferentes motivos (TRANSIÇÃO, 1998).

Restava saber se a Aliança esqueceria as divergências e os antecedentes que ocorreram até aquele momento da vida política, em prol de um suposto futuro promissor para o país. Por certo, as diversidades de ligações que amarraram a Aliança Democrática, seriam colocadas à prova cotidianamente. Sendo que a primeira grande prova da Aliança seria se ela conseguiria arrastar grandes multidões para os comícios de Tancredo Neves. Esse seria um dos fatores determinantes para descobrir se a união política havia convencido também a opinião popular.

Ações que objetivavam a presidência, mas não a manutenção da Aliança

Tancredo passou a cultivar o que combateu, o voto indireto, e isso se deu pelos próximos cinco meses que antecederam a eleição. Neste intervalo de tempo recebeu o apoio do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, do

PDS, que anteriormente apoiava Andreazza na convenção do partido. Vale lembrar que ACM era inimigo declarado de Maluf (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 833, p. 28 a 31, ago. 1984). Assim, Tancredo conseguiu o apoio de Antônio Carlos Magalhães que traria junto com ele votos do PDS da Bahia (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 400, p. 26 a 28, ago. 1984).

Alguns políticos do PMDB, como Ulysses Guimarães, temiam que com o crescente apoio recebido por políticos do PDS, a Aliança Democrática se descaracterizasse como um símbolo oposicionista frente à ditadura civil-militar. Fato que poderia influenciar em uma imagem negativa da Aliança Democrática nas eleições municipais em novembro de 1985 (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 403, p. 18 a 25, set. 1984). Sobre este assunto, o que se pode comprovar de fato é que temendo perder espaço político com uma provável vitória de Tancredo Neves, os políticos com menos influência dentro do PDS passariam a dar apoio à oposição, acontecimento que a IstoÉ denominou como situacionismo, pois os políticos aderiam conforme a situação o beneficiasse. Vários destes políticos viriam futuramente a compor o PFL, entre outros partidos (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 398, p. 16 a 22, ago. 1984).

Deste modo, a principal ferramenta utilizada por Tancredo era a conciliação, responsável por unir políticos de diversas ideologias dentro da mesma aliança (CORREIA, 1984). O candidato Paulo Maluf, buscava conter o avanço de seu adversário; para isso promoveria um movimento anti Frente Liberal, que surgiria na oposição (PMDB e Frente Liberal), buscando assim recuperar votos. O movimento não surtiu grande força e acabou sendo ineficaz (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 839, p. 20 a 23, out. 1984).

O papel da Aliança Democrática não se resumia, naquele momento, em

apenas cuidar dos comícios e ampliar as fusões em prol de Tancredo. Era preciso checar a popularidade do candidato adversário. Para isso Marco Maciel (PDS), um dos criadores da Aliança ficaria no encalço de Maluf, uma ação tida como tática eleitoral que fora sugerida por José Sarney. Assim, o objetivo era não deixar Maluf sem fiscalização em nenhum Estado, acompanhando de perto os efeitos de sua presença sobre o eleitorado (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 839, p. 33, out. 1984).

A Aliança Democrática por vezes possuía o aspecto de conciliar velhos adversários na votação para a Presidência da República, entretanto, não conseguiu pulverizar as divergências locais de seus integrantes. Assim, a Aliança Democrática se fortaleceu no âmbito federal que visava eleger Tancredo Neves do PDMB, por outro lado, as disputas estaduais e regionais a enfraqueceriam a Aliança Democrática durante as futuras eleições municipais de 1985, por conta das desavenças políticas que impediriam a promoção de um candidato da Aliança em chapa única (PDMB/PFL) (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 410, p. 32 a 33, out. 1984). Diante desse embate federal-estadual, o historiador Nelson Werneck Sodré destacaria que: “o acordo político revela que a Aliança Democrática é nada mais que uma prova de “cordialidade” do brasileiro” (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 410, p. 33, out. 1984). Entendo, intrinsecamente, que quem mantinha os conflitos internos da Aliança Democrática controlados era o candidato Tancredo Neves, tendo a prerrogativa de dar a palavra final sobre determinado assunto, encaminhando, assim, os moldes que a Aliança tomaria.

A vitória parecia cada vez mais certa para os membros da Aliança Democrática. Entretanto, o objetivo passava a ser evitar a renúncia de Paulo Maluf, ato que poderia colocar outro concorrente mais forte no páreo. O próprio Tancredo temia que a desistência

de Maluf provocasse o surgimento de uma candidatura militar para enfrentá-lo. A preocupação naquele momento seguia sendo assegurar uma pacífica transição do poder (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 845, p. 24 a 26, nov. 1984).

Outra inquietação de Tancredo Neves se resolveria, pois o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) derrubaria o último sinal de casuísmo contra a candidatura de Tancredo, resolvendo por decisão unânime que os membros do poder legislativo que fossem escolhidos para votar nas eleições do dia 15 de janeiro, poderiam votar de acordo com suas consciências e não segundo o princípio da fidelidade partidária. Essa decisão influenciaria assim nos resultados da eleição para presidente (ROLLEMBERG, 1984).

Na eleição de 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves seria eleito sem surpresas para o cargo de presidente da República. O Resultado da eleição foi o seguinte: 480 votos para Tancredo, 180 votos para Maluf, 17 abstenções e 9 ausências (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 422, p. 16 a 19, jan. 1985). Com a vitória de Tancredo ocorreram festas por todo o país. E sobre sua vitória, Tancredo afirmaria: “tenho na heterogeneidade das forças que me apoiam não um aspecto negativo da minha candidatura, mas antes um aspecto positivo” (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 855, p. 27, jan. 1985). Sua frase faria alusão às forças políticas que se filiaram a Aliança Democrática e assim o ajudaram a se eleger presidente, admitindo a heterogeneidade das forças políticas que o apoiaram.

Para o seu Governo o presidente Tancredo Neves tinha em mente propor quatro objetivos básicos: o combate à inflação, a retomada do desenvolvimento do país, a formulação de um pacto social envolvendo o governo, empresários e trabalhadores, e por último ponto a convocação de uma Constituinte, premissa principal que ajudou a unir os membros da Aliança Democrática

(ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 422, p. 20 a 21, jan. 1985). Uma reforma na política cultural e educacional também estava prevista.

A conquista na eleição, sem dúvida, se deu pela decisão de Tancredo Neves em convidar o ex-presidente do PDS, José Sarney, para ser vice de sua chapa. Mesmo enfrentando oposições dentro do PMDB, como a de Ulysses Guimarães, que preferia a escolha de Marco Maciel (PDS) para ser vice de Tancredo. A escolha de Sarney trouxe um grande apoio e ofereceu garantias para aqueles que ainda se encontravam dentro da névoa da dúvida, entre compor a dissidência ou manter seu apoio ao antigo governo.

Com este fato, ocorria uma das maiores viradas políticas da época, o candidato do PMDB tendo indicado José Sarney para vice-presidente da República de sua chapa, agradaria a Frente Liberal, tendo recebido a notícia como um sinal de confiança. Já a ala radical do PMDB refugaria a escolha de Sarney como vice, preferindo que a escolha recaísse no nome do empresário Ermínio de Moraes, que era diretor do grupo Votorantim, uma das maiores empresas do país (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 400, p. 26 a 28, ago. 1984). Com a saída do PDS, Sarney aceitaria o convite feito por Tancredo Neves para ocupar o cargo de vice-presidente. Ressaltando que Tancredo escolheu Sarney como vice, por conta da estratégia para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990).

No dia 14 de março de 1985, véspera da posse presidencial, Tancredo Neves seria acometido de uma diverticulite, uma infecção do intestino, e as tentativas de evitar uma intervenção cirúrgica terminaram por agravar o seu estado. Tancredo não conseguiria realizar o que tanto almejou receber, a faixa presidencial. O cargo seria então ocupado por José Sarney e a transição se daria de forma tranquila, com o vice sendo

empossado no dia 15 de março, mesmo dia que anunciou a posse dos ministros escolhidos por Tancredo Neves. Assim, José Sarney assumiu interinamente a Presidência da República, se tornando presidente de fato com o falecimento de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985. Sarney se manteria no cargo, muito embora existissem especulações sobre quem realmente deveria assumir a presidência fosse Ulysses Guimarães (PMDB).

Supondo que se manteria no poder temporariamente, interessava a Sarney não criar desavenças, assim propôs a criação do “Conselho da Aliança Democrática” que seria formado por Ulysses Guimarães (PMDB) e Jorge Bornhausen (PFL) ambos presidentes dos seus partidos, e também pelos líderes dos dois partidos no Congresso. O objetivo desse Conselho era dividir as forças e responsabilidades do governo até a volta de Tancredo Neves. Mas esse Conselho nunca foi criado de fato (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 864, p. 44 a 47, mar. 1985).

A esperança com a recuperação da saúde do presidente eleito, de fato, se tornara pequena e Sarney começava a redigir seu discurso sobre o falecimento de Tancredo Neves, onde prometia honrar seus compromissos de campanha. Visto que esses compromissos precisavam especialmente de Tancredo, acabariam por ser cancelados futuramente. Com os anseios elevados, os blocos da Aliança Democrática passaram a disputar entre si para imporem a aprovação de seus projetos ao governo. De praxe, tanto a ala formada pelo PMDB como a do PFL queriam a troca de ministros que lhes assegurassem um controle maior do governo (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 434, p. 32 a 36, abr. 1985).

Com a morte de Tancredo restou ao vice-presidente José Sarney, político de muito menor estatura política e identificado sob muitos aspectos com o precedente Regime Militar, a tarefa de

conduzir a bom porto a nascente “Nova República” (LAMOUNIER, 1990, p. 16). Inicialmente, a Aliança Democrática não deixaria Sarney sem apoio político, lhe fornecendo sustentação para que pudesse aprovar as medidas que foram propostas no documento *Compromisso com a Nação*.

A Aliança não impulsionou, de fato, mudanças relevantes nos âmbitos econômico e social, ela as promoveu no âmbito político, muito embora não tão significativas como os seus integrantes anunciavam. Era o caso da maior dívida contraída nas praças públicas, as eleições diretas, que foram resgatadas pela Aliança Democrática. A escolha para os cargos de presidente da República, prefeito de capitais e de municípios que antes eram considerados de segurança nacional, voltariam a ser eleitos pela população. Mudança prometida por Tancredo, em comum acordo com a Aliança, que naquele momento seria promulgada por José Sarney, o mesmo que ajudou a vetar a emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de uma eleição direta para presidente da República no ano de 1985 (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 438, p. 18 a 21, maio. 1985).

A Aliança Democrática perdia paulatinamente sua importância dentro do governo, uma vez que os políticos não chegavam a um comum acordo. As eleições marcadas para novembro de 1985 acabariam por ser o ultimato desse pacto político, que foi montado tendo como principal objetivo eleger o presidente da República. Tancredo Neves armou seu governo com componentes da química política que dificilmente se misturam, mas teve a cautela de juntá-los no liquidificador acionado pela maré montante antimulufista (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 883, p. 36 a 39, ago. 1985).

Fato é que as eleições de 1985 trariam mais disputas pelo poder dentro do governo. E diferente de Tancredo Neves, José Sarney não interferia no jogo político das eleições, apoiar algum candidato seria como apoiar um dos dois

partidos que ainda mantinham a Aliança Democrática. Sabia ele que ainda precisaria do apoio dos grandes políticos da Aliança (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 458, p. 18 a 19, out. 1985).

O ministro da administração, Aluízio Alves, afirmaria que, segundo sua concepção: “divergências espalhadas pelo país decretaram a morte da Aliança Democrática, firmada entre o PMDB e o PFL para ser o sustentáculo político do governo” (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 897, p. 5, nov. 1985). Ainda segundo o ministro, os dois partidos se uniram para eleger Tancredo e Sarney e mesmo sendo aliados políticos, com as eleições municipais, acabaram por voltar a guerrear. Assim, na opinião de Aluízio Alves a Aliança não existia mais. “Ela passou bem pela eleição de Tancredo, balançou um pouco na distribuição de cargos federais e explodiu na eleição das prefeituras” (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 464, p. 23, nov. 1985). Na opinião do ministro, em face dos ataques mútuos entre seus membros, constatava-se que a

Aliança Democrática estava finalizada. “A Aliança se formou acima de tudo por questão eleitoral, e basicamente conseguiu com a vitória de Tancredo. Assim, alcançando seu principal objetivo, ela perdeu a razão de existir. Apenas isso. Trate o presidente de providenciar outra para governar em paz” (NOBLAT, 1990, p. 33).

Muito provavelmente a última ação feita pela Aliança Democrática tenha sido aprovar o pacote de reformas fiscais e econômicas no Congresso, cujo nome o governo intitulou de Programa de Mudanças. O Plano de reforma que foi elaborado pelo novo ministro da Fazenda Dilson Funaro. Assim, o último ato da Aliança Democrática foi prevalecer na votação com a maioria tanto dos deputados como dos senadores do PMDB e do PFL, exceção de Itamar Franco (PMDB) que se aliou ao PDS na votação (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 468, p. 22 a 24, dez. 1985). Político que, tal

como Sarney, assumiria a Presidência do país depois do impeachment de Fernando Collor em 1992.

Logo, a Aliança Democrática esteve supostamente destinada a ser tão duradoura quanto o mandato de Sarney. A garantia do mandato até 1988 era uma questão vital para a conservação da Aliança e, é claro, de José Sarney. Embora a Aliança não tenha sobrevivido até 1990, ano em que Sarney deixou a Presidência da República, o presidente conseguiu se manter graças ao arranjo político que restou da antiga união.

Considerações Finais

Com a dificuldade de se promover uma mudança de governo durante o Regime Militar, pode-se destacar a existência de uma crise política. A Aliança Democrática foi o pacto político idealizado para apressar o fim da ditadura civil militar. A união de vários políticos distintos demonstrava toda a insatisfação com o arcabouço legislativo que fora criado sob tutela da outorgada Constituição de 1967, e principalmente pela ditadura civil militar que vigorava no país desde 1964.

A Aliança Democrática apoiou os desejos de mudanças. Frise-se que fazer parte desse arranjo político demonstrava todo o descontentamento com o Regime Militar. Assim, ilustres políticos como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel, entre outros, conceberam a criação da Aliança Democrática e elaboraram um documento denominado *Compromisso com a Nação* que objetivava a consolidação das instituições democráticas e o fim do regime civil militar.

O *Compromisso com a Nação* oficializava a união entre PMDB e a Frente Liberal e possuía no seu conteúdo um programa considerado como fundamental para a construção da chamada Nova República. Em linhas gerais esse programa estabelecia: eleições

diretas e livres para todos os níveis do poder executivo, com sufrágio universal; defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986; propunha um acordo justo com o FMI para o pagamento da dívida externa; estabelecia o combate à inflação; propunha medidas emergenciais contra a fome e o desemprego; além disso, propunha melhorias nas áreas da educação fundamental e superior, entre outros compromissos. Portanto, o programa continha um conjunto de medidas que visavam transformar o país numa real democracia, além de passar por mudança de cunho social, econômico, político e cultural.

A Aliança Democrática foi assim originada objetivando mudanças no governo, mudanças estas que não poderiam ser alcançadas por um único partido daquela época. A simples possibilidade de um continuísmo governamental liderado por Paulo Maluf influenciou e deu força para que a Aliança expandisse suas energias.

A Aliança Democrática saiu vitoriosa no seu compromisso mais importante, o de colocar fim à ditadura civil militar e dar sustentação política ao início do governo de José Sarney. Mas não conseguiu promover as mudanças que foram propostas no documento *Compromisso com a Nação*, exceção seja apontada dentro no campo político, por conta da realização de eleições diretas, da implantação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, sem dúvida, de medidas que prezavam por uma liberalização política, caso dos partidos comunistas que foram legalizados.

Se o grande nome da Aliança, Tancredo Neves, não sobreviveu para vê-la terminar, sua personalidade moderadora não garantiria que sob sua supervisão a Aliança Democrática manteria todo o empenho que demonstrou durante a campanha presidencial. Assim não se trata de analisar se foi sob a tutela de Sarney que os sustentáculos da Aliança começaram a

ruir e sim o que ela proporcionou ao cenário político do país.

Não é meu dever como historiador demonstrar que, sob a fiscalização de Tancredo, a Aliança Democrática poderia ter modificado também outras estruturas que eram necessárias para o Brasil. Meu dever recai na análise obtida com a leitura da bibliografia e das principais fontes destacadas para este trabalho, que foram as revistas *Veja* e *IstoÉ*. Essa análise demonstra que a Aliança Democrática foi importante para que o Brasil superasse o Regime Militar, pois ela foi um arranjo político que contou com ideologias e concepções diversas, acabando por promover políticos que iniciariam a Nova República no Brasil. Além disso, a Aliança deu sustentação política no período conturbado em que o presidente José Sarney acabava de assumir, dando segurança para que o novo sistema democrático vigorasse no Brasil.

Referências

A TRANSIÇÃO política: necessidade e limites da negociação – relatório final. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 100-110, abril/julho. 1988.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, Eli et all. **Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República**. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 47-86, mar. 1989.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá: Eduem, 2013.

NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos: O Brasil de Sarney a Collor**. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990.

REVISTA ISTOÉ, consultada entre agosto de 1984 e dezembro de 1985.

REVISTA VEJA, consultada entre agosto de 1984 e dezembro de 1985

ROLLEMBERG. O império da lei. **ISTOÉ**. São Paulo, n° 412, p. 22 a 25, nov. 1984.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política

no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 243-282).